



TEXTO PARA DISCUSSÃO

ISSN 0103-9466

415

O Colóquio Walter Lippmann e a gênese do neoliberalismo: apontamentos

Eduardo Barros Mariutti

Agosto 2021



UNICAMP

ie Instituto de
economia

O Colóquio Walter Lippmann e a gênese do neoliberalismo: apontamentos

Eduardo Barros Mariutti *

Resumo

Este texto para discussão tem como objetivo básico reconstituir os principais temas discutidos no Colóquio Walter Lippmann (1938), destacando o seu impacto na constituição do “neoliberalismo” contemporâneo.

Palavras-chave: Pensamento liberal, Neoliberalismo, Colóquio Walter Lippmann.

Abstract

The Walter Lippmann Colloquium and the genesis of neoliberalism: comments.

The main objective of this discussion paper is to reconstitute the main topics discussed at the Walter Lippmann Colloquium (1938), highlighting their impact on the constitution of contemporary "neoliberalism".

Keywords: Neoliberalism, Liberalism, Walter Lippmann Colloquium.

Código JEL: B20.

Introdução

Por muito tempo se considerou a formação da sociedade Mont Pèlerin em 1947 como um dos marcos mais precoces da constituição do “neoliberalismo”. Porém, esta percepção começou a mudar depois do curso ministrado por Michel Foucault no *Collège de France* em 1978. Nesta ocasião ele chamou a atenção para a importância do Colóquio Walter Lippmann realizado em Paris em 1938 na reorganização e renovação do pensamento liberal contemporâneo. A publicação da transcrição de suas aulas em 2004 pela editora Gallimard – com o famoso título *Naissance de La Biopolitique* – consolidou ainda mais o interesse pelo Colóquio. Mas a fama veio depois da publicação de *La nouvelle raison du monde: Essai sur la société néolibérale* por Pierre Dardot e Christian Laval em 2009. Depois desta publicação – e em particular, após a tradução para o Inglês (2013) - diversos outros livros e artigos passaram a reconstituir a história do Colóquio e comentar as suas implicações.

A proposta deste artigo é discutir algumas características do Colóquio à luz da grande tensão que marca o pensamento liberal contemporâneo. O final do século XIX testemunhou um rápido deslocamento do centro de gravidade do pensamento liberal das noções associadas ao *Laissez Faire* para uma posição mais centrada na justiça social, na proeminência da igualdade e em uma concepção positiva de liberdade. Este movimento passou a ser conhecido como *novo liberalismo*, liberalismo social ou liberalismo dos reformadores sociais.¹ Mas, dentro do campo liberal, esta corrente encontrou

* Professor Associado do Instituto de Economia da Unicamp e do Programa de Pós-Graduação *San Tiago Dantas*. Membro da Rede de Pesquisa em Autonomia Estratégica, Tecnologia e Defesa (PAET&D)

(1) José Guilherme MERQUIOR sintetiza muito bem as características deste “novo liberalismo”: “O novo liberalismo de 1880 ou 1900 consistiu em três elementos essenciais: ênfase na liberdade positiva, preocupação com a justiça social e desejo de substituir a economia do *laissez-faire*. Tal grupo de novos objetivos e pressupostos levou a uma nova visão política liberal” *O Liberalismo Antigo e Moderno* São Paulo: É Realizações, 2014 p. 259. Sobre a constituição e as características gerais do “novo liberalismo”, o melhor ponto de partida é o famoso livro de Michael FREEDEN *The New Liberalism: an ideology of Social Reform* Oxford: Clarendon Press, 1986.

resistência de um diminuto - mas bastante aguerrido - grupo de liberais hostis a qualquer interferência significativa sobre as relações de propriedade e contrários a qualquer política pública muito intervencionista, que tente orientar a economia na direção de um Estado de bem-estar social. Esta é a vertente apodada de “neoliberal”, da qual Ludwig Von Mises e Friedrich Von Hayek são os principais ícones.

O fato curioso é que a posição de Walter Lippmann sempre esteve muito mais próxima do “liberalismo social” – mesmo levando em conta as suas pesadas críticas ao *New Deal* - do que das posições de Von Mises e Hayek. No entanto, a tônica geral do Colóquio foi de condenação ao excesso de intervenção do Estado na economia e ao estilo de reforma social propagandeado pelos Novos Liberais. Contudo, mesmo com posições divergentes na agenda positiva, chegou-se a um consenso: é necessário abandonar a ideia de que a simples limitação da ação do Estado sobre a sociedade seria suficiente para possibilitar a emergência de uma ordem econômica liberal. Longe de ser espontânea, uma economia liberal deve ser vista como o produto de uma moldura institucional peculiar, que modula os processos econômicos, sujeitando-os ao mecanismo da concorrência norteada pelo papel sinalizador dos preços.

A análise do colóquio tornou-se uma tarefa muito mais simples após Jurgen Reinhoudt e Serge Audier compilarem todas as sessões no livro *The Walter Lippmann Colloquium: the birth of neo-liberalism*. O livro conta com uma lista exaustiva da bibliografia produzida pelos membros do colóquio e, também, um conjunto significativo de fontes primárias que são muito úteis para reconstituir o clima geral em que o evento ocorreu. Concentrei a atenção nos momentos em que o debate extravasou o campo da economia entendida em sentido estrito para adentrar no que Michel Foucault chamou de *governamentalidade*. Acossados pelo que julgavam consistir em formas sociais totalitárias, os participantes do encontro tinham como orientação principal uma tarefa bastante pragmática: a tentativa de construir um tipo novo de racionalidade *na prática de governar* que, sem recair no naturalismo do liberalismo clássico, fosse capaz de evitar o excesso de governo das formas totalitárias e social-democratas.

Tendo isto em mente organizei o artigo em 4 seções. Na primeira delas descrevo de forma sumária o contexto e o modo como se deu a organização do evento, encabeçado por Louis Rougier. Na segunda seção, também em largos traços, reconstituo a etimologia da palavra neoliberalismo, destacando a diferença na acepção do termo durante o colóquio e o seu uso contemporâneo. A parte 3 é dedicada à reconstituição dos principais temas discutidos no colóquio tal como eles foram definidos pelo organizador do evento, enfatizando os momentos onde a discussão se afasta do economicismo. A quarta e última seção foi dedicada às considerações finais.

1 A organização do Colóquio

Louis Rougier, um filósofo especializado em epistemologia e filosofia da ciência, foi o idealizador do Colóquio Walter Lippmann. Ele foi um dos poucos franceses que fizeram parte do círculo de Viena e um dos grandes entusiastas da filosofia analítica neste país. No entanto, ele tinha muito interesse na ciência econômica nos moldes neoclássicos, que reputava ser o único ramo realmente científico em um campo de saber repleto de “místicas”, isto é, formas de conhecimento deformadas por preconceitos e interesses políticos velados. Curiosamente, para ele, o liberalismo foi a primeira mística econômica conhecida pelo homem. Para os primeiros liberais a ordem econômica era um tipo de ordem *natural*, um desdobramento espontâneo de leis divinas e naturais. Deste ponto de vista, conclui-se que a razão humana deve agir passivamente, compreendendo a natureza e a

dinâmica destas leis para se adequar melhor a elas. Resistir seria fútil. Por conta disto a teoria do *Laissez-Faire* dos fisiocratas e da escola de Manchester advogava que o Estado não deveria interferir nos processos econômicos.² Esta percepção ensejou um otimismo metafísico que converteu os místicos do liberalismo em observadores passivos da cena política.

Na visão de Rougier, foi o esgotamento da mística de uma ordem natural que abriu caminho para as místicas coletivistas que lhe sucederam, as quais tentavam resolver os problemas de coordenação econômica pelo planejamento social. Isto prendeu os homens na cilada dos Estados tendencialmente totalitários (comunistas ou fascistas), que suprimem a liberdade individual sem, contudo, conseguir garantir a eficiência econômica. Por isto é necessário regenerar o liberalismo, que deveria abandonar a ilusão da ordem natural para se converter em um *liberalismo construtivista* (*libéralisme constructeur*), capaz de se opor ao “socialismo liberal” e ao velho liberalismo do *laissez-faire*. Este tipo de liberalismo exige um Estado forte, capaz de resistir aos interesses e demandas das massas internamente e, ao mesmo tempo, de enfrentar as ditaduras inimigas no campo das relações internacionais. Por isso seria necessária alguma intervenção social para salvar o liberalismo e, sobretudo, para *construir* uma ordem econômica baseada na concorrência arbitrada por preços de mercado. Como Walter Lippmann afirma em *An Inquiry into the Principles of the Good Society* que a economia de mercado *não é uma ordem natural*, mas a resultante de uma determinada ordem legal amparada pelo Estado, Rougier pensou que seria muito importante estreitar laços com ele.

Ao saber que Lippmann passaria por Paris, Louis Rougier teve a ideia de organizar um jantar para recebê-lo. O evento, inicialmente, não tinha muitas pretensões. Resumia-se a um breve encontro informal entre um pequeno número de intelectuais que propunham reflexões similares aos argumentos de Lippmann, particularmente no que diz respeito à necessidade de renovar o pensamento liberal, deslocando-o da tradição manchesteriana do “Laissez-Faire”. O fato de o livro *An Inquiry into the Principles of the Good Society* ter sido recentemente traduzido para o francês era um estímulo adicional para realizar o encontro. Durante as preparações a lista de interessados começou a aumentar significativamente e a ideia de um simples jantar foi abandonada. A esperança de renovar e revitalizar o liberalismo exigia um evento de maiores proporções.

Louis Rougier passou a enviar cartas para os possíveis interessados em participar de um colóquio com 5 dias de duração. Após algumas recusas (Johan Huizinga, Lionel Robbins e José Ortega & Gasset, por exemplo) o evento contou com estes 26 participantes:

Raymond Aron	André Piatier	Bruce Hopper
Robert Marjolin	John Bell Condliffe	Jacques Rueff
Roger Auboin	Michael Polanyi	Bernard Lavergne
Louis Marlio	Auguste Detoef	Alexander Rüstow
Louis Baudin	Stephan Possony	Walter Lippmann
Ernest Mercier	Friedrich von Hayek	Alfred Schutz
Marcel Bourgeois	Wilhelm Röpke	Étienne Mantoux
Ludwig von Mises	Michael Heilperin	Marcel van Zeeland
José Castillejo	Louis Rougier	

(2) Cf. Louis ROUGIER *Les Mustiques Économiques: comment l'óns passe des démocraties liberals aux états totalitaires* Paris: Librairie de Médicis, 1938 p. 71.

O colóquio foi realizado entre os dias 26 e 30 de agosto de 1938. Louis Rougier fez a abertura na tarde do dia 26 e, na sequência, Walter Lippmann fez a sua exposição. O dia 27 contou com duas sessões. O tema geral: a queda do liberalismo decorreu de causas endógenas? Pela manhã este problema foi abarcado do ponto de vista da concentração de capitais. Na parte da tarde a questão foi discutida tendo em mente a economia de guerra, nacionalismo e protecionismo. No dia 28 foi explorada a questão: o liberalismo é capaz de cumprir com as suas metas sociais? No dia 29 a pergunta foi: se o declínio do liberalismo não é algo inevitável, quais são as causas exógenas que minaram a ordem liberal? No dia 30: como enfrentar as causas da crise do liberalismo? Ao que seguiram as conclusões e as ações futuras com, por exemplo, a criação do *Centro Internacional de Estudos para a renovação do liberalismo*.

2 Breve história do uso da expressão “neoliberalismo”

O termo “neoliberalismo” ganhou força sobretudo a partir da década de 1990, quando esta expressão ganhou uma proeminência gigantesca nos periódicos. O crescimento do seu emprego continuou vertiginoso nas décadas subsequentes. No entanto, desde a sua popularização, esta palavra sempre foi usada de forma muito elástica, sem fundamentos empíricos muito claros. Um slogan vago, utilizado para designar os adeptos do “fundamentalismo de mercado” e das propostas que se contraponham à mentalidade distributiva e regulacionista típica do *Welfare State*.³ Nenhum dos pensadores associados ao termo aceita esta denominação pois, para eles, o termo neoliberalismo assumiu uma carga pejorativa, de uso meramente retórico e que, portanto, sequer pode ser classificado como um *conceito*.⁴ Mas é importante destacar que esta expressão surgiu logo nas primeiras décadas do século XX, embora sem tanta popularidade. No debate público pan-germânico da década de 1920 o termo foi utilizado em um sentido muito similar ao atual. Tanto pensadores socialistas (Max Adler, por exemplo) e fascistas (Othmar Spann, um arqui-inimigo de Ludwig Von Mises) usavam essa expressão para designar jocosamente os partidários do mercado livre e das teorias do valor subjetivistas ou marginalistas.⁵

No entanto, na década de 1930, o termo tendeu a assumir uma outra acepção, pois alguns autores reivindicaram esta palavra para explicitar a necessidade de reformar o liberalismo “de dentro”,

(3) cf. Taylor C. BOAS & Jordan GANS-MORSE “Neoliberalism: from New Liberal Philosophy to Anti-Liberal Slogan” *Studies in Comparative International Development* No. 44 (2009) p. 138-9.

(4) Oliver Marc Hartwich, comentando a “estranha aliança” - líderes religiosos, ambientalistas, artistas, críticos da globalização, políticos de esquerda e de direita, acadêmicos e sindicalistas – contra o fantasma do neoliberalismo explicita este entendimento: “The members of this colourful alliance against neoliberalism are as united in their opposition to neoliberalism as they are diverse. This suggests that neoliberalism cannot be too clearly defined as a concept. Rather, it is a broad umbrella under which very different groups with various points of view can meet. In the church of anti-neoliberalism, there is a place for anyone who believes that neoliberalism stands in the way of reaching his or her political goals. This may also explain the lack of any clear and coherent definition of neoliberalism among its dissenters.” Cf. Oliver Marc HARTWICH “Neoliberalism: the genesis of a political swearword– Occasional Papers - Centre for Independent Studies No. 114 (2009) p. 2. Jamie Peck também destaca o caráter amorfo desta expressão: “Neoliberalism was a mix of prejudice, practice and principle from the get-go. It did not rest on a set of immutable laws, but a matrix of overlapping convictions, orientations and aversions, draped in the unifying rhetoric of market liberalism.” “Remaking Laissez-Faire” *The Progress in Human Geography* 32 (1), 2008 p. 6.

(5) Cf. Phillip W. MAGNESS “Coining Neoliberalism: interwar Germany and the neglected origins of a pejorative moniker” *American Institute for Economic Research* 2020. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3681101.

afastando-o da tradição associada ao “Laissez-Faire” manchesteriano. Embora com nuances, o argumento envolvia superar o naturalismo típico dos liberais clássicos, sustentando de forma categórica que apenas um Estado forte poderia delinear um quadro institucional capaz de fomentar uma ordem baseada na concorrência e, deste modo, estabilizar uma economia indexada predominante pelos preços. Esta percepção foi popularizada por Alexander Rüstow em uma conferência da *Verein für Socialpolitik* proferida em 1932 em Dresden. Pouco conhecido até então, e ligeiramente na contramão da linha geral da associação (que era comandada por Werner Sombart) a fala de Rüstow causou impacto, a ponto de ser identificada como um marco na constituição do “neoliberalismo” alemão.⁶

O título da conferência, hoje, parece inusitado na boca de um “neoliberal”: *Economia Livre, Estado Forte*. O ponto de Rüstow – que colidia com o “socialismo de cátedra” sombartiano – é que a crise em curso foi deflagrada pela excessiva e equivocada intervenção do Estado na economia que, ao se imiscuir na vida econômica mediante o protecionismo e a regulamentação excessiva, fomentou o desenvolvimento das grandes corporações e cartéis, as causas imediatas da crise.⁷ O Estado precisa ser forte, *mas não um interventor direto*. Não se trata, portanto, de tentar *dirigir* a economia, mas de criar um quadro institucional compatível com o princípio da concorrência entre unidades produtivas não muito grandes.⁸ Somente um forte aparelho estatal poderia confrontar o poder dos conglomerados industriais e dos grandes sindicatos, assim como a difusa reação popular imediata aos mecanismos da concorrência. Ele criou o termo *neoliberalismo* para definir este programa, opondo-o ao “capitalismo organizado”⁹ alemão e, ao que e ao que ele chamava jocosamente de *paleoliberalismo*, isto é, os defensores do “velho” *Laissez Faire* (o suposto causador da crise que, por sua vez, gerou o excesso de intervenção).

Embora cientes deste fato, Jurgen Reinhold e Serge Audier, no entanto, reivindicam para a França a origem do termo e contam uma história ligeiramente diferente. No contexto da crise de 1929 a expressão foi popularizada pelo então influente político da direita conservadora Pierre-Étienne-Flandin para designar o processo de reforma das doutrinas liberais “tradicionalistas” que, em seu julgamento, não correspondiam mais às transformações nas técnicas de produção e na estrutura do comércio internacional que estiveram no bojo da crise.¹⁰ Além disto, entre as décadas de 1930 e 1950, os economistas Alain Barrère and Gaëtan Pirou distinguiam em suas histórias do pensamento econômico o “neoliberalismo” – por conta de seu caráter mais interventor – do “laissez-faire” do

(6) Cf. Oliver Marc HARTWICH “Neoliberalism: the genesis... op. cit. p. 15-6; “Introduction” in: Jurgen REINHOUDT & Serge AUDIER (orgs.) *The Walter Lippmann Colloquium* Londres: Palgrave, 2018 p. 4; 6-7.

(7) Esta visão é bastante peculiar, pois é difícil achar algum período da história alemã que teria sido marcada de forma significativa por mercados totalmente livres, ao estilo do *laissez faire* manchesteriano. Ao que parece, Rüstow tinha uma noção muito arraigada de que todo mercado desregulado tende a se autodestruir, engendrando monopólios. Por isso ele buscava insistentemente uma “terceira via” entre o capitalismo desregulado e o comunismo. Era precisamente esta terceira via que ele chamava de *neoliberalismo*. Cf. *Ibid* p. 18.

(8) A política fiscal era, para ele, uma forma de coordenar a economia sem intervenções diretas. Ele propunha impostos progressivos sobre os rendimentos para inviabilizar a formação de grandes empresas ou de cartéis, por exemplo. Uma proposta que não corresponde mais ao que entendemos como neoliberalismo.

(9) Rudolph Hilferding cunhou essa expressão, tendo em mente o entrelaçamento crescente entre os cartéis e o aparelho estatal que estava na base da passagem da “anarquia da produção” para uma economia planejada. Cf. “A Economia Organizada” in: HILFERDING, Rudolf. *A Economia organizada* in: Aloísio TEIXEIRA (org.) *Utópicos, heréticos e malditos: os percussores do pensamento social de nossa época*. Rio de Janeiro: Record, 2002

(10) Jurgen REINHOUDT & Serge AUDIER “Introduction” in: *The Walter Lippmann Colloquium* op. cit. p.7

século XIX. O termo também foi usado pejorativamente por “neossocialistas” (eles citam Marcel Déat como exemplo), como um ardil para dividir e frente popular.

De qualquer modo, a palavra neoliberalismo rapidamente se difundiu entre os alemães, particularmente entre os intelectuais que se associaram à chamada Escola de Friburgo.¹¹ Rüstow foi convidado a participar do colóquio Walter Lippman, onde colidiu frontalmente com a linha defendida por Von Mises e Hayek, hostis à ideia de uma “terceira via”, e mais próximos do liberalismo clássico. Rüstow - que até o colóquio era amigo de Von Mises – situou a vertente defendida por Von Mises e Hayek na noção de “paleoliberalismo” e, em carta a Wilhelm Röpke, sugeriu que ambos deveriam ser colocados em um museu, retratando os dois últimos espécimes de um tipo de liberalismo extinto, mas que causou a catástrofe em curso.¹² Ao final do colóquio o termo “neoliberalismo” deslocou expressões como “liberalismo positivo” e “liberalismo social”, que também foram propostas para nomear o movimento celebrado no colóquio.

Ludwig Von Hayek organizou outro evento em 1947 em Mont Pèlerin que reuniu parte dos participantes do colóquio Walter Lippmann. As diferenças entre a posição dos ordoliberais e a dos adeptos do “neoliberalismo” (no sentido atual) ficaram ainda mais explicitadas. Quando se decidiu formar uma sociedade, o grau de discórdia era tão grande que sequer houve consenso sobre um nome diferente do que o do local onde o encontro ocorrera. A despeito disto, contudo, particularmente depois da criação da Sociedade Mont Pèlerin, o termo neoliberalismo deixou deliberadamente de ser utilizado, especialmente por seus presumidos adeptos. Philip Mirowski nos dá uma pista (parcial) sobre os motivos:

What has led so many subsequent commentators astray is the fact that most MPS members stopped using the term some time in the later 1950s. Indeed, at that juncture they ceased insisting that a rupture with the doctrines of classical liberalism was called for. This decision to support a public stance that the liberalism they championed was an effectively continuous political doctrine from the eighteenth century all the way through to their own revisionist meditations (such as endless paeans that it was all in Adam Smith) and therefore required no special neologism, turned out to be one of a number of precarious balancing acts performed in the course of constructing neoliberalism at the MPS.¹³

Esta passagem é importante, embora deixe de lado alguns aspectos importantes. “Esquecer” a palavra neoliberalismo foi um fenômeno comum às duas grandes vertentes “neoliberais”. Mas os motivos são diferentes. Como dito anteriormente, a linha encabeçada por Von Mises e Hayek nunca aceitou de bom grado o termo. Mas o texto de Mirowski, sintomaticamente, nada diz sobre os motivos que levaram o outro flanco – os ordoliberais – a abandonarem a expressão que eles mesmo cunharam e difundiram. Com a consolidação da Escola de Friburgo, uma nova expressão, “economia social de mercado”, cunhada por Alfred Müller-Armack (conselheiro de Erhard), em conjunto com “ordoliberalismo”,¹⁴ passou a ser mais utilizada pois, supostamente retratava melhor as características

(11) Cf. Taylor C. BOAS & Jordan GANS-MORSE “Neoliberalism: from New Liberal Philosophy to Anti-Liberal Slogan” *Studies in Comparative International Development* No. 44 (2009) p. 139

(12) Cf. Oliver Marc HARTWICH *Neoliberalism* op. cit. p. 23-4.

(13) Philip MIROWSKI (orgs.) “*Defining Neoliberalism*” in P. MIROWSKI & Dieter PLEHWE *The Road From...* op. cit. p. 427

(14) Na verdade, como aponta David G. GERBER, a despeito de diversos aspectos em comum, não é possível estabelecer uma identidade absoluta entre a expressão “economia social de mercado” e ordoliberalismo. No primeiro caso,

do movimento alemão. Portanto, o sumiço da palavra “neoliberalismo” dentre os pensadores identificados à essa corrente foi, em grande medida, uma atitude proposital. Fazia algum sentido para todas as vertentes marcar uma ruptura – mesmo que tênue – com o liberalismo clássico na década de 1930, dada a conjuntura hostil. Décadas depois, frente ao prestígio crescente do keynesianismo e do dirigismo estatal, insistir na continuidade com relação ao liberalismo clássico foi uma forma inteligente adotada pela linha encabeçada por Hayek para marcar a diferença tanto com relação aos “novos liberais” quanto à ala ordoliberal.

3 O Colóquio Walter Lippmann

Depois de explorar de forma sumária as metamorfoses semânticas da palavra “neoliberalismo”, podemos agora reconstituir algumas das ideias discutidas no Colóquio Walter Lippmann. Como já foi adiantado na introdução, a ênfase recairá nos momentos em que se sobrelevou a necessidade de construir uma nova forma de governamentalidade. Antes de entrar diretamente na discussão do Colóquio, contudo, é importante retomar as ideias de Walter Lippmann sobre a reforma do liberalismo.

3.1 Walter Lippmann sobre a reforma do liberalismo

A posição de Walter Lippmann sobre a natureza da crise do liberalismo é repleta de nuances e, em termos gerais, corresponde às preocupações e ao estilo dos novos liberais. Para ele o liberalismo, uma teoria da ação e do enfrentamento contra leis, costumes e interesses opostos à liberdade perdeu o seu ímpeto revolucionário em meados do século XIX, quando os liberais adotaram uma postura mais passiva, cada vez mais entrincheirada na defesa dos direitos de propriedade. Deste ponto de vista, em *An Inquire into the Principles of the Good Society* Walter Lippmann traçou um diagnóstico bastante polêmico: os coletivismos gestados no final do século XIX e que se impuseram violentamente sobre o XX *devem ser vistos como uma contrarrevolução*. O “velho” *Laissez-Faire*, enquanto uma ideologia essencialmente negativa, ajudou a destruir o Antigo Regime mas não foi capaz de construir nada em seu lugar. Por este motivo ele *contribuiu* para a crise geral do liberalismo que, curiosamente se precipitou no exato momento em que os fundamentos materiais de uma civilização liberal foram consolidados na Europa e em algumas regiões do América do Norte.

Logo, somente a *reconstrução* do liberalismo tornaria possível a adaptação do homem às novas circunstâncias. Para tanto, afirma Lippmann, seria necessário abandonar os vestígios naturalistas da sua forma clássica e enfrentar o problema fundamental que o *Laissez Faire* não deu conta: uma sociedade comercial amparada na indústria moderna impõe aos homens um ritmo e um estilo de vida acelerado e cheio de mudanças imprevisíveis que, por conta destes atributos, corrói de forma muito rápida os laços comunais e colide sistematicamente com os modos de vida e a subjetividade forjada em um mundo não-industrial.¹⁵ Em sua visão, o grande erro do liberalismo clássico foi imaginar que os homens se adaptariam espontaneamente à uma sociedade fundada na

há uma ênfase maior na necessidade de distribuir com um pouco mais de equidade os benefícios da economia de mercado. Esta preocupação não é tão saliente entre autores identificados mais diretamente ao ordoliberalismo. Cf. “Constitutionalizing the Economy: German Neo-liberalism, Competition Law, and the ‘New’ Europe.” *American Journal of Comparative Law*, 42, 1 (1994) p. 31-2

(15) Cf. Walter LIPPMANN *An Inquire into the principles of the Good Society* Londres: Allen & Unwin, 1944 p. 165-173

revolução permanente da vida econômica. Logo, a *única* forma de dar continuidade à *revolução liberal* interrompida até então pelos coletivismos envolveria a criação de novas instituições e de uma grande política destinada a criar um *novo homem*, capaz de se adaptar às exigências da sociedade industrial.

Deste modo, em seu entender, seria tola qualquer visão saudosista de retorno ao liberalismo que prevalecera antes da Grande Guerra. O “velho liberalismo” não corresponde mais às características da sociedade da década de 1930. Assim, a tarefa dos liberais não envolve tentar ressuscitar teorias, mas pensar o que é novo no período contemporâneo e, sobretudo, como a causa da liberdade deve ser defendida em condições muito diferentes daquelas que gestaram o pensamento liberal clássico. Em sua intervenção no Colóquio que recebeu o seu nome, ele foi particularmente incisivo:

From the outset, we come up against a brutal fact: the century of progress toward democracy, toward individualism, toward economic freedom, toward scientific positivism, ended in an era of wars, of revolution, and of reaction. It is why I am of the opinion that we will not accomplish anything if we let ourselves think, and if we give the impression, that our goal is only to reaffirm and to resuscitate the formulas of nineteenth-century liberalism. It is clear, to me at least, that freedom would not have been annihilated in half of the civilized world, so seriously compromised in the other half, if the old liberalism had not possessed critical defects. This old liberalism, let us not forget, had been embraced by the classes in power of all great nations of Western civilization. Certainly, under its reign, great things have been achieved. But it is also true that this philosophy showed itself incapable of surviving and of perpetuating itself. It has not been able to serve as a guide to the conduct of men, either in showing them the means of realizing their ideal or in teaching them to pursue a realizable ideal. And I do not see a way to conclude other than to observe that the old liberalism must have been an agglomeration of truths and falsehoods, and that we would waste our time if we imagine that defending the cause of freedom is equivalent to hoping that humanity returns naively and without reservation to the liberalism of before the war.¹⁶

Trata-se de uma afirmação bastante ousada que explicita com clareza e eloquência os desafios que se impunham aos liberais que queriam reagir a um cenário adverso.

Em sua opinião, as velhas doutrinas do século XIX devem ser abandonadas:

It is why we know that what concerns us is something more durable, more universal, and more profoundly human than the doctrinaire formulas of nineteenth-century liberalism. And it is why we err every time we adhere to one of the numerous liberal sects. Every time we confuse the cause of freedom with doctrines such as that of natural law, that of popular sovereignty, the rights of man, of parliamentary government, the right of self-determination of peoples, of laissez-faire or free trade. Those are concepts that men have used at certain times and under certain historical circumstances. Often, they have served to forge and to gain a partial emancipation. But they have not been the primary cause or the driving force, and the fate of freedom is linked to none of the

(16) “Address by Walter Lippmann” in: Jurgen REINHOUDT & Serge AUDIER (org.) *The Walter Lippmann Colloquium* op. cit. p. 103

*liberal theories. It is why we should reserve ourselves the right to revise the premises of all liberal theories, and to grant none among them a dogmatic and definitive value.*¹⁷

A causa da liberdade envolve, portanto, uma postura ativa, sem qualquer saudosismo:

*It is clear that there would not be a social problem if we already knew how to solve it, and this is why I say that the first task of liberals consists today, not of creating presentations and propaganda, but of seeking and thinking. In the presence of the debacle of nineteenth-century liberalism, it would be futile for them to calmly await the resurrection of Mr. Gladstone, and to believe that their mission consists in repeating the formulas of the last century.*¹⁸

Não se trata, portanto, de repetir fórmulas do passado, mas examinar o que mudou nas formas de vida contemporânea e, a partir deste ponto de vista, pensar o problema da liberdade em termos completamente inéditos.

No entanto, a despeito de sua postura mais proativa e propensa à atenuação dos direitos de propriedade (impostos progressivos sobre a renda, por exemplo e políticas de transferência de renda baseadas no equilíbrio entre justiça social e eficácia econômica) e à realização de obras públicas nos termos propostos por Keynes, Walter Lippmann acabou se tornando um crítico do estatismo subjacente às políticas de Roosevelt (que ele tinha apoiado na eleição de 1932 contra Hoover), em um tom muito similar ao de Hayek e Von Mises: o planejamento social como algo não apenas ineficaz, mas sobretudo como uma via para o totalitarismo.¹⁹ Isto provavelmente explica o interesse de Louis Rougier em sua obra e o fato de seu livro ter sido traduzido por uma editora com inclinações conservadoras (Librairie Médicis) e, ao mesmo tempo, ilustra o tom geral do colóquio Walter Lippmann.

3. 2 A crise do liberalismo: endógena ou exógena?

Que o liberalismo estava em uma profunda crise em 1930 ninguém questiona. Este era, inclusive, o tema central tratado no Colóquio Walter Lippmann. Todos os participantes concordavam que, para enfrentar as adversidades, era necessário incorporar à reflexão liberal as transformações profundas produzidas na passagem do século XIX para o XX sem, contudo, perder de vista a proeminência das liberdades individuais. A posição de que não era mais possível um retorno às propostas e às formulações do liberalismo clássico era consensual. Mas não houve acordo sobre as causas da crise do liberalismo. Duas grandes questões dividiam as opiniões: i) a crise era inevitável? ii) a crise do liberalismo foi endógena – fruto da doutrina e das práticas liberais - ou, pelo contrário,

(17) Ibid. p. 105.

(18) p. 104

(19) “But Lippmann, after having seen in the New Deal a promising solution—quite close to his own interventionist recommendations, inspired by Keynes, in *The Method of Freedom* (1934) ultimately came to be critical of Roosevelt’s New Deal for what he saw as its excessive statism and the threat it posed to the rule of law, in the case of Roosevelt’s proposal to modify the Supreme Court’s size (Steel 1980, 319). Lippmann rejected both fascism and communism on the grounds inspired directly by Mises and Hayek—that the central economic planning on which such systems relied implied, in addition to economic inefficiency, a near-complete loss of individual freedom” “Introduction” in: Jurgen REINHOUDT & Serge AUDIER (org.) *The Walter Lippmann Colloquium* op. cit. p. 16.

as determinações foram externas: a sociedade liberal não resistiu a pressões dos resquícios da velha sociedade? O modo como estas duas questões se conectam também era um elemento de discórdia.

Estas indagações gerais levaram a outras mais específicas. A concentração de capitais é um resultado necessário da liberalização das relações comerciais? Teriam sido os monopólios e seu vínculo com um Estado cada vez mais interventor a causa fundamental da crise do *Laissez Faire*? Que peso teve na atuação concreta dos liberais a crença de que a mera consolidação dos direitos de propriedade e a demarcação da esfera de atuação do Estado em limites estreitos seria suficiente para engendrar uma sociedade de mercado dinâmica? Isto não teria levado à uma certa ingenuidade que, no final das contas, cegou os liberais para as transformações que iam na contramão de suas visões e de seus interesses? Isto não teria apagado a chama revolucionária daquele liberalismo que combateu o Antigo Regime, dando lugar a um movimento resignado, tendencialmente conservador, orientado para preservar a qualquer custo os direitos de propriedade? Ou, pelo contrário, a crise do liberalismo foi o resultado de uma de uma “traição” dos princípios liberais clássicos?

3.2.1 Liberalismo e concentração de capitais

Louis Rougier abriu a sessão matinal do dia 27 de agosto expondo o conjunto de questões que norteariam as deliberações do dia: a substituição do capitalismo atomístico por um capitalismo de grandes empresas é um processo inevitável, que decorre da tendência à concentração de capitais? Esta concentração é o efeito necessário do desenvolvimento econômico ou resulta de privilégios legais? Em suma: quem é o principal culpado, o mercado livre ou o Estado.

Wilhelm Röpke tomou a palavra, apontando que existe uma tendência à formação de unidades de produção maiores que deriva da técnica e da mecanização. No entanto, é importante diferenciar esta “tendência natural” (este é precisamente o termo que ele usa) das “criações arbitrárias dos homens”, isto é, a lei e os costumes que, contudo, podem ser “revisadas”. O grau de monopolização vigente na década de 1930 não se explica principalmente pelos requerimentos técnicos. Ele afirma ainda que a noção de automatismo e de grande liquidez dos processos econômicos do “velho” liberalismo se explica porque as unidades econômicas eram diminutas. Esta condição mudou. A elevação do tamanho das unidades e a formação de blocos compactos destruíram o velho automatismo (*l’automatisme*) e ensejaram o estatismo, a tendência dominante.

Ludwig Von Mises foi o próximo a falar. Partiu atacando o marxismo (sem que houvesse marxistas no colóquio). Afirmou que a doutrina marxista parte da premissa que a concentração de capital é o produto inexorável da liberalização do mercado. Mas para ele isso é falso. Os monopólios foram criados pela intervenção estatal.²⁰ O protecionismo estatal fragmenta o mercado mundial em mercados nacionais, o que por si só favorece a cartelização. A isto se soma uma pressão positiva do Estado (algo explícito na política Bismarkiana) para formar monopólios que viabilizem o controle da

(20) “The issue is not different for international cartels. We leave aside the few cases (and of limited scope) where natural resources of minerals create, because of their rarity, conditions favorable to the establishment of monopolies. Apart from these exceptional cases, international cartels have only been able to form by the parceling up of global economic unity through trade barriers. It is clear, on the other hand, that it is precisely governments that were the driving force behind the creation of international monopolies. We are well aware of the measures taken by different governments in the markets of coffee, rubber, grain, cotton, etc. The failure of these governmental measures proves better than any other argument the accuracy of the thesis that I support, namely that no force leads, on a free market, to the creation of monopolies.” Ibid p. 120-1

produção nacional e dos preços. Isto se faz necessário porque, frente à uma economia mundial onde os principais mercados estão protegidos, os produtores recorrem ao poder do seu estado para tentar transpor as barreiras dos rivais. E, prossegue Von Mises, mesmo onde este tipo de internacionalização assistida não funcionou, as leis para proteger e regular certos mercados forçou os produtores a formarem cartéis. Não há, portanto, nenhuma tendência *natural* à formação de grandes monopólios em uma economia realmente livre. São as políticas antiliberais dos governos que formam cartéis.

Frente a diversas objeções, Von Mises qualificou melhor o argumento. O problema do monopólio não deriva do fato de um conglomerado apenas produzir e vender um determinado produto. Mas de saber se o monopolista é capaz de *aumentar os lucros* mediante a redução do volume de vendas. Se não for possível fazê-lo os preços cobrados não seriam muito maiores do que os preços que resultariam de um mercado com mais competidores. Em sua visão, os eventuais monopólios que surgem naturalmente dos mercados livres dificilmente permitem o aumento dos lucros pela redução das vendas. Mas esta situação ocorre quando o Estado cria legislações protecionistas e tenta controlar a economia nacional.

Alexander Rüstow expôs uma opinião muito próxima à de Von Mises. Ele inicia o argumento apresentando o que ele julga consistir no cerne do problema:

*The matter at issue is more narrow: it is knowing whether the unlimited concentration is an immanent and natural tendency of the economy itself or an extra-economic tendency and hence avoidable.*²¹

Por conta do progresso da técnica, há uma tendência à concentração que é puramente econômica e, deste modo, é inerente à concorrência. Mas esta tendência não leva ao máximo de concentração, mas apenas ao nível ótimo que, na maioria dos casos, é muito menor que o máximo.²² Toda expansão além do nível ótimo *não é uma tendência econômica*, mas uma “tendência monopolizadora, uma tendência neo-feudal, predatória, que não pode ter sucesso sem o apoio do Estado, das leis, dos tribunais, dos juízes, da opinião pública.” Não é a competição que mata a competição, mas a ação espúria do Estado e dos “barões ladrões”.²³

O “problema da crise do liberalismo” ficou, nesta seção, reduzido à tentativa de dissociar a monopolização da economia dos sistemas de concorrência e da liberalização dos mercados. Nesse sentido, portanto, é lícito argumentar que o colóquio Walter Lippmann favoreceu uma perspectiva que hoje rotulamos como “neoliberal”. Não há, como pareciam crer os liberais “clássicos”, nenhuma tendência ao monopólio que emana da liberalização do mercado. A monopolização resulta de certas características institucionais e jurídicas que são estranhas aos processos econômicos derivados de uma ordem econômica livre.

(21) Ibid p. 124

(22) Hayek, por sua vez, aduziu que a concentração derivada da técnica assumiria primeiro uma forma horizontal para, apenas depois, iniciar um processo de integração vertical. No entanto, o que é mais comum são formas de integração vertical que, na sequência, fomentam a integração horizontal. Trata-se, portanto, do inverso do que seria esperado de uma concentração induzida pela orientação técnica.

(23) “Thus, it is not competition that kills competition. It is rather the intellectual and moral weakness of the State that, at first ignorant of and negligent in its duties as policeman of the market, lets competition degenerate, then lets its rights be abused by robber knights [chevaliers pillards] to deal the fatal blow to this degenerate competition.” Ibid. p. 124

3.2.2 Liberalismo e a Economia de Guerra

Na parte da tarde, a sessão do dia 27 de agosto girou em torno da questão proposta por Louis Rougier:

*Today's agenda calls for the following discussion: is the decline of liberalism inevitable as a result of the trend towards economic nationalism, due to various causes? Among these causes, one of the most oft-invoked is the need to ensure national security, which is said to require resorting to a type of economic self-sufficiency.*²⁴

Stefan Possony, economista austríaco especializado no tema, abriu a sessão. Para enfrentar uma guerra uma economia liberal precisa resolver dois grandes problemas. i) a questão do acesso às matérias primas e ii) como transformar a economia com vistas ao conflito. No primeiro caso, exceto os EUA, nenhum país industrializado pode ser autossuficiente. Mas, em sua visão, as economias liberais tendem a se sair melhor que as “economias burocráticas” por preservarem as relações externas e possuírem maior abundância de capital. No segundo caso, embora seja necessário um maior intervencionismo do Estado para impor o racionamento de recursos, aumentar impostos, organizar fatores de produção e até mesmo limitar salários e lucros, isto não entra necessariamente em contradição com uma ordem econômica liberal. Além disto, como progresso tecnológico em economias liberais é mais acelerado e, quanto mais a guerra demanda capacidade de iniciativa, “mais as economias burocráticas se revelam inferiores à economia liberal”.

Argumentos muito questionáveis, como se pode notar. Michael Heilperin abriu a divergência ao afirmar que a conduta da guerra moderna é incompatível com uma economia liberal, pois a mera indução da iniciativa privada pela política fiscal não é suficiente para ganhar um conflito de grandes proporções. Neste caso é necessário *gerir* efetivamente a economia para garantir o abastecimento e a prontidão das forças armadas. Além disto, as guerras de maior magnitude são travadas por blocos de países, o que exige também coordenação internacional. Possony se defendeu argumentando que não há contradição necessária entre liberalismo e a conduta da guerra:

*If the State resorts only to taxes and borrowing, we stay within the framework [le ressort] of liberalism. On the other hand, if the State resorts to other means, such as currency controls, the restriction of foreign trade, or a ban on producing certain goods or simply monetary inflation, we move out of the framework of liberalism. Yet these last methods of intervention, of which we have just spoken, are more expensive than the others; but one can arm just as well by resorting to the former as well as to the latter [methods]. If one took into account the fact that modern war is a war of usury devouring wealth in an outrageous manner, one would agree to adopt the least costly methods of intervention.*²⁵

A variável chave para ele, portanto, é o tipo e o grau da intervenção do Estado. Mesmo frente às pressões de um conflito armado de grandes proporções é possível manter a forma liberal de intervenção estatal na sociedade. Este modo de colocar a questão – a despeito do simplismo da intervenção de Possony – revela bem as metamorfoses do pensamento liberal em curso no colóquio.

(24) Ibid p. 129

(25) Ibid p. 135-6

3.2.3 Liberalismo e Nacionalismo

A sessão matinal do dia 28 de agosto tratou da relação entre a crise e recuo do liberalismo com o fenômeno do nacionalismo tanto na sua dimensão econômica (tendência à autarquização) quanto política. Louis Rougier abriu a sessão com o seguinte comentário: o incremento do dinamismo da produção econômica é um dos grandes méritos do liberalismo. No entanto, este dinamismo hoje parece estar sendo retardado pela redução da expansão colonial e pela desaceleração da expansão demográfica. Isto inclinou muitos a crer que o principal problema político envolve administrar a distribuição da riqueza ao invés de estimular a sua produção. Neste caso, o liberalismo perde a sua própria razão de ser. Esta redução do dinamismo se deve a “causas naturais”?²⁶

A expressão “causas naturais” causa muita confusão, especialmente na boca do grande crítico do “naturalismo” subjacente à mística liberal do século XIX. Por “natural” ele parece querer dizer estranha ao liberalismo e, ao mesmo tempo, algo inevitável. Neste caso, é claro, trata-se de uma pergunta retórica. Wilhelm Röpke tomou a palavra, ressaltando que a questão é saber se o nacionalismo econômico se deve à alegada redução do dinamismo do capitalismo. A política liberal do século XIX transformou a face do mundo, principalmente por conta da expansão da população branca no e a sua migração para zonas externas à Europa. Esta expansão parece hoje (1938) ter cessado e, com a queda da fertilidade da raça branca, provavelmente ela entrará em um estado estacionário. A percepção de que não há mais para onde se expandir e que a população (branca) não irá mais crescer mudou a percepção do problema:

*The problem is as follows: does the economic system, based on the market and free competition, depend on a supply of square kilometers and on each year's supply of births? If one argues this, one commits an error in logic of principle. That which is necessary for businesses development is not square kilometers but purchasing power. A priori, there are no reasons as to why capitalism cannot develop to satisfy the ever-growing needs of the existing population. We have to study the real relations that exist between the policy of imperialism and the role of private businesses and ask if the essential point is not that, for a well-ordered system, there is no extensive orientation that could not be replaced by an intensive orientation?*²⁷

A questão é capciosa. A expansão do século XIX foi extensiva ou intensiva? Se foi intensiva, a “crise” do liberalismo só poderia ser exógena.

A isto Röpke levanta outro problema. As tentativas de industrialização dos países agrários são antiliberais? E, reversamente, a tentativa dos países industrializados – principalmente por conta da experiência da guerra – em preservar e até mesmo aumentar as dimensões da sua produção agrária também não seria contrária ao liberalismo? A resposta é não, desde que se abandone a noção de que liberalismo é *free trade*. O que se deve evitar é a cilada da conjuntura em vigor: uma política de autarquia econômica, baseada no nacionalismo e na tendência ao planejamento praticamente total da sociedade.²⁸

(26) Ibid p. 139.

(27) Ibid p. 140

(28) A solução por ele proposta deixa bem claro que o colóquio tem como eixo a Europa: “A solution is: the production of ordinary grains should be left mainly to agricultural countries, whereas to the industrial countries falls more sensibly the production of the other foodstuffs of superior quality for which these industrial countries have a specific localization. These are the products where small-scale agriculture has very pronounced advantages in production; it is the

No entanto, nesta sessão foi a abordagem de John Bell Condliffe que ilustrou com mais clareza a busca de um “liberalismo construtor” ou ativo. Em sua visão, a expansão do comércio mundial e dos investimentos derivou do fato de que a Grã-Bretanha aceitou as consequências que o *free trade* trouxe para a sua sociedade. Dentre as quais, as características de sua moeda: a Libra era uma moeda que respondia muito mais a uma ordem econômica mundial do que aos interesses ou condições estritamente nacionais. Enquanto os outros estados aceitaram a liderança britânica, tudo correu bem. O desenvolvimento da divisão internacional do trabalho foi convertendo a Grã-Bretanha em um provedor de serviços comerciais e financeiros. Assim, passou de uma sociedade de lojistas para uma de rentistas. No entanto, como o *free trade* não era universal, a economia britânica enfrentou problemas na distribuição da renda:²⁹

*Laissez-faire is a negative philosophy. It should be complemented by positive measures, both economic and political. Almost no one today still accepts the doctrine of laissez-faire. In any case, one should not confuse the philosophy of liberalism with a specific economic system such as the capitalism of the nineteenth century that was, in more than one respect, anti-liberal. If one wants to support liberalism, one has to build a system of global cooperation; the international system based on the idea that all that favors British ideas has to be beneficial to the whole rest of the world, should be replaced by a study carried out by specialists for the various countries.*³⁰

O *Laissez-Faire* é uma filosofia negativa que precisa ser complementada por medidas positivas. E, principalmente, a ideia de que uma ordem liberal só pode ser *construída* levando em conta os problemas econômicos atuais, mediante uma cooperação global baseada no esforço de estudiosos de países de diversos países revela a noção de um liberalismo positivo ou construtor.

3.2.4 Causas Psicológicas, Sociológicas, Políticas e Ideológicas do declínio do liberalismo

A duas sessões do dia 29 de agosto se afastaram do economicismo que preponderou em boa parte das sessões anteriores. Após Rougier apresentar a agenda, Rüstow tomou a palavra. Enquanto sistema econômico, isto é, uma economia baseada no mercado, o liberalismo é o sistema que atinge o máximo grau de produtividade e os mais elevados padrões de vida. Mas, não só de pão vive o homem. Do contrário, seria impossível explicar o a mudança radical de curso que a humanidade tomou após toda a prosperidade dos séculos XIX. Esta alteração de sentido se baseia apenas na estupidez e ingenuidade? Será que uma teoria do equilíbrio comercial e financeiro são realmente os marcos que devem prevalecer na luta para um retorno ao liberalismo? Uma pergunta importante, que

products where small-scale agriculture has very pronounced advantages over the neighboring markets of industrial centers; these are the products for which the potential demand is enormous and have always been under-estimated (see the publication of the League of Nations on nourishment). The conditions necessary to turn this potential into value confront us with a fairly complicated economic problem. These products require a degree of labor-intensive work achievable by the small-scale farming structure of these countries and require a large surface area. These are also the grains one can import in times of peace so as to stockpile them in view of military needs. On the other hand, one can view supplies of livestock as reserves for war.” Ibid p. 140-1

(29) O argumento é contrafactual: “In this sense, England became a nation of rentiers rather than a nation of shopkeepers. But for that agriculture had to be sacrificed and industries had to be adjusted, which had profound repercussions both for the distribution of income and for employment. If free-trade had been universal, it would not have led to the disequilibrium of the British economy.” Ibid p. 143-4.

(30) Ibid p. 144

desloca a questão para as formas de vida social, um tema explicitado com muita veemência por Walter Lippmann.

Alexander Rustöw conjectura que a questão social decisiva não é garantir a maior renda possível pelo menor tempo de trabalho. Mas ter algum prazer e satisfação com o modo como se ganha a vida. Mesmo com uma menor renda monetária, trabalhando por mais tempo por menos dinheiro, um fazendeiro tem a satisfação psicológica de ser o seu próprio mestre, na terra que possui e que legará aos seus descendentes. Vive entre seus familiares, em comunidades laborais estreitas, ligado à natureza e em um tipo de trabalho que compreende e domina.³¹ E, prossegue:

With this in mind, it is apparent that the most important economic-social task is to give to the economy such a form not that it provides to the greatest possible number of men the highest possible income, but [rather] a living situation [situation vitale] that is as satisfying as possible. Precisely, liberalism (and even more so socialism) generally used to be far removed from describing the problem in this manner. Conservatism often had a better grasp of this important aspect of things, but it has discredited this way of seeing things by the abuse that has been made of it as the cockhorse of a policy of selfish interests without scruples.³²

Disto se conclui que o liberalismo “positivo” não pode ignorar o significado humano e existencial das formas de ganhar a vida dos homens. O ponto de vista exclusivamente econômico é insuficiente para dar conta desta dimensão do problema.

O passo seguinte do raciocínio, contudo, é bastante revelador. No ocidente, o amálgama entre unidade e hierarquia que é vital para qualquer sociedade sobreviveu em sua forma feudal até o século XVIII. E ele sempre viveu em contradição com um requisito básico do liberalismo: a liberdade. Foi a luta pela liberdade contra a estratificação artificial³³ e forçada da sociedade senhorial que consubstanciou as revoluções dos séculos XVIII e XIX. No entanto:

This is the reason for the revolutions of the eighteenth and nineteenth centuries against the feudal regime. That is where the origin of liberalism is, but also the disastrous error that has brought about its false position. Instead of, notably, replacing the artificial and forced stratification [échelonnement] of feudal seigneurie with voluntary and natural hierarchy, one threw out the good and the bad, one denied the principle of stratification in general and one put in its place the false and erroneous idea of equality and the partial and insufficient ideal of fraternity; because, in the small as in the large family, more important than the relationship of brother to brother is the relationship between parents and children, ensuring the succession of generations that maintains the flow of cultural tradition.³⁴

No entanto, a noção *errônea* de igualdade que fazia parte da insurreição liberal ajudou a erodir as hierarquias sociais. A tendência ao atomismo – indivíduos em luta pela igualdade dentro de sua esfera de interesses imediatos - dissolveu aquele acordo fraternal entre as gerações que ajudava a preservar a unidade do corpo social.

(31) Cf. Ibid p. 158

(32) Ibid p. 158. Michael Polanyi deve ter se lembrado de seu irmão Karl, neste momento.

(33) O termo “artificial” aparece com certa frequência. O que seria uma estratificação “natural”? A decorrente das relações de mercado? De alguma outra regra geral? Mas a questão não é, precisamente, demonstrar que o mercado e a concorrência não são *naturais*? A passagem citada na sequência não ajuda. O que seria uma hierarquia *voluntária e natural*?

(34) Ibid p. 159

E, prossegue Rüstow, a tendência à dissolução dos laços sociais na dimensão social e espiritual se somou com uma linha peculiar de desdobramentos no domínio econômico. A noção de automatismo do mercado que se manifestou nos séculos XVIII e XIX representou o desdobramento secular de uma crença de fundo teológico: a existência de uma razão divina, invisível e que atua pelas costas dos indivíduos, configurando deste modo uma lei natural, razoável e benigna. Esta crença teológica ajudou a forjar a ideia de que as leis econômicas são tão naturais e universais como a matemática, uma convicção que fundamentou a crença de que o homem não tinha que fazer nada positivamente para garantir uma sociedade próspera. Basta remover os obstáculos artificiais que os homens, por tolice, antepuseram aos movimentos harmônicos do mercado. Este foi o grande erro dos primeiros liberais. Hoje sabemos que uma economia de mercado é o produto de um conjunto muito específico de condições institucionais que, inclusive, *são criadas e mantidas voluntariamente pelos homens* e, portanto, só podem vigorar com base em um Estado forte e independente que garanta a institucionalidade do mercado.

Porém, o mecanismo de mercado pressiona os homens a participarem do jogo *como homens econômicos*, isto é, atores que respeitam as regras do jogo da concorrência e agem tendo em vista os seus interesses. Tais regras e procedimentos, contudo, ameaçam as dimensões fraternas da vida. Portanto, um mercado sem freios se converte em uma força desintegradora, que ameaça a integração vital (*intégration vitale*) que ajuda a escorar uma sociedade sadia. O que aparece sociologicamente como falta de integração é visto, do ponto de vista da economia de mercado, como uma *libertação* de fricções e freios extraeconômicos. A percepção de uma integração econômica é vista, do ponto de vista da dinâmica social mais abrangente, como desintegração e esgarçamento do tecido social. O extravasamento da lógica do mercado para dimensões onde a concorrência e o interesse individualista não deveriam penetrar acabou por ameaçar as próprias relações de mercado.³⁵ Por isto é necessária a ação constante e positiva de um Estado independente, que seja capaz de garantir a institucionalidade do mercado e, simultaneamente, de proteger as outras dimensões da vida da influência desintegradora da racionalidade de mercado. Não há transferência de renda ou progresso material que compense o vazio e a sensação de perda derivada da generalização do princípio da concorrência para as demais dimensões da vida social.

Logo, não se trata de uma *crise econômica*:

*To sum up, the great crisis in which we find ourselves is not, at its core, an economic crisis, but a vital crisis [crise vitale] in general and a crisis of integration in particular. Its economic manifestations are merely the secondary symptoms of a more profound disease of the social body. Liberalism has had the lead in this development and it has brought the world to its current crisis. But the blame does not lie with its theory of the market economy that, to the contrary, in the main was and is correct. Instead, the blame lies with the inadequacy of its sociological conceptions. Liberalism ignored and neglected, unfortunately, the central role of vital irrational needs and, specifically, that of the integration of man.*³⁶

(35) “Instead of additional integration, necessary as compensation, a general disintegration developed, even outside the market. The atomic structure, which could only be justified on condition of being limited in the most severe way to the domain of the market, has expanded without restraint to the whole organism. Such has been the result of liberal practice; and, at the same time, such has been the consequence of certain blindnesses of liberal theory, otherwise correct.” *Ibid* p. 161.

(36) *Ibid* p. 162

Esta passagem é decisiva. Faltou sociologia aos velhos liberais. Uma sociedade de mercado só pode funcionar bem dentro de um invólucro que limite o seu efeito sobre as demais relações sociais que confirmam significado humano à vida. Por isso é fundamental *renovar* o liberalismo.

O comentário de Louis Rougier (que se seguiu ao de Michael Polanyi)³⁷ é anedótico, para dizer o mínimo. Retoma um livro de um discípulo de Pavlov, Wladimir Drabovich, onde ele relata que os animais selvagens submetidos à uma dieta que os tornavam subnutridos perdem o instinto de liberdade e se tornam passivos. Disto ele infere que as massas subnutridas depois da guerra ficaram na mesma situação: perderam o seu instinto de liberdade e, entre liberdade e segurança, passaram a preferir esta última. Perderam a vivacidade e, desse modo, se converteram em um mero rebanho. Entregam-se a qualquer um que lhes prometa um uniforme e um pouco de comida. Daí o corolário: “quanto mais liberal a economia, mais ela exalta o individualismo e o orgulho pessoal, mais ele suprime o instinto de controle. O sistema da liberdade é o sistema da abundância”. Uma fala totalmente na contramão do que Rüstow estava apontando.

3.2.5 A Agenda do Liberalismo: a sessão do dia 30 de Agosto de 1938

Esta temática é, sem dúvida, a que melhor ilustra o sentido geral das transformações no pensamento liberal em curso. Afinal de contas, se uma sociedade liberal não é o produto espontâneo de leis econômicas naturais ou da propensão humana à troca, qual deve ser a *agenda* do liberalismo? Walter Lippman foi direto ao ponto. O postulado fundamental do liberalismo é que a produção deve ser organizada *prioritariamente* por preços de mercado. No entanto, o sistema de preços sofre influência de criações do Estado tais como o sistema de propriedades, o regime dos contratos, patentes, associações públicas e privadas etc. Não existem preços “puros”. O sistema legal é o método liberal de controle social por excelência.³⁸ E toda solução aplicada a casos particulares deve resultar de normas gerais, conhecidas de antemão por todos. Além disso, a utilidade máxima é um bem social, mas não a única finalidade a ser perseguida. Disso se segue que:

*That, even when production is governed by the [market] pricing mechanism, the sacrifices that the functioning of the system entails can be put at the expense of the collective. In this case, the transfer should be made not through indirect methods, but in full light of day, and the sacrifice asked of the collective has to be expressly and consciously consented to.*³⁹

(37) Polanyi colocou na conta do utilitarismo o estado de perturbação mental em curso. É, em sua visão, errada a tese utilitarista que a satisfação das necessidades alimentares gera uma satisfação em geral. Além de alimento, os homens e os animais superiores precisam também entender o mecanismo por trás da sua condição de vida. Relata um experimento: “Here is an example: one conducts an experiment with three sets of rats that one feeds by giving, to the first, a certain quantity of food each day; to the second, the same quantity every two days; to the third, always the same quantity, but only every three days. All prosper admirably, the rich rats, the “middle class” rats, and the poor. But if a fourth set of rats is fed at irregular intervals ranging from one to three days, these rats perish. They perish because their organism is plunged into a state of confusion, and their digestive reflexes are mangled: they die of disorder.” Ibid p. 163. Os homens precisam de educação econômica para perceberem que os governos totalitários dão um mínimo de segurança pela destruição total da liberdade. E que nem todas as mazelas e fricções podem ser resolvidas.

(38) “The aim of the legal system is to ensure the maximum of utility of production within the limits that other social aims can determine. These aims must be chosen through democratic procedure, and if they do not strive toward a maximum of utility, the liberal system demands that the choice for other aims be a deliberate one.” Ibid p. 178

(39) Ibid p. 179

A intervenção deve atuar sobre as *causas* da situação que se quer retificar e, desse modo, não se deve dar ao Estado “os meios de modificar arbitrariamente situações individuais”.

José Castillejo foi em uma direção similar:

*I agree with Mr. Lippmann. It seems that we reached the central point: the intervention of the State in all of social life. I think that the intervention of the State cannot be designated as either good or bad a priori because one would have to find a rule to make the distinction. The liberal system [régime] with State intervention, such as it exists in England, is possible if this intervention seems indispensable and is carried out by means that respect the legal order and render the transformation that one has in mind imperceptible and gradual. That is not a matter of the quantity of interventions, but the source of a whole series of problems.*⁴⁰

Tendo isto em mente, na opinião dele, é necessário levar em conta as seguintes questões como guia para a ação: i) a intervenção é necessária? ii) Irá atingir seu objetivo? iii) não trará dano maior do que o que pretende curar? iv) será executada por quadros qualificados, seguindo os princípios e os métodos liberais?

O problema se encontra na última questão. Que princípios e quais métodos liberais? Este é o verdadeiro núcleo do problema, onde não se avançou muito, exatamente por que ficou claro que não haveria consenso. Rüstow deixou isto bem claro ao apresentar os problemas que identificou na exposição de Lippmann. Começando com a questão da incumbência do Estado: que Estado? O Estado democrático em sua forma atual estaria apto a esta tarefa? Sobre a afirmação que a utilidade máxima não é o único bem social desejado. Quais são os demais? E, por fim, em linha com a sua visão apresentada nos dias anteriores, a expressão “a produção deve ser governada pelo mecanismo dos preços” não diz muito sobre a *sociedade*, pois não se deve confundir economia com sociedade. Deste ponto de vista, qual é o princípio que governa ou que deveria governar a sociedade? Rüstow concluiu a sua fala afirmando que, caso estas questões fossem enfrentadas, dificilmente haveria algum acordo. Isto é: o consenso foi sobre generalidades, não sobre os problemas mais substantivos.

Isto se passou pela manhã. A sessão da tarde foi voltada a “questões práticas” e operacionais no intuito de criar o *Centro Internacional para os Estudos da Renovação do Liberalismo*. Preliminarmente, Louis Rougier sugeriu uma lista de problemas práticos e teóricos a serem abordados pelo centro. Ele apresentou 7 temas:

1. Formas de intervenção do poder público compatíveis com o sistema de preços de mercado
2. A economia de guerra: prevenção, preparação e a conduta da guerra impedem uma economia liberal? A guerra total implica um Estado totalitário?
3. Quais metas devem o Estado liberal concluir? Como enfrentar os Estados totalitários?
4. Que política econômica os Estados liberais devem praticar? Devem criar uma sociedade de nações para fortalecer uma economia liberal?
5. Quais são os problemas da coexistência com Estados totalitários?
6. Problemas de reajuste de um mundo tendendo para a guerra para um mundo tendendo para a paz. Reabsorção dos Estados totalitários.
7. O problema da educação liberal para as elites e para as massas. Como lidar com os opositores de direita e de esquerda ao liberalismo?

(40) Ibid p. 181

As questões, naturalmente, não foram enfrentadas com profundidade. Sequer houve consenso sobre qual questão era a mais importante. O que, de fato, foi destacado: o fundamental é delinear quais intervenções são admissíveis a um Estado liberal, isto é, que são compatíveis com um sistema econômico organizado por preços de mercado. Ou, como preferiu Walter Lippmann, distinguir as intervenções necessárias das desnecessárias.

4 Considerações finais

A despeito das diferenças, todos os participantes do Colóquio Walter Lippmann concordavam que era necessário abandonar completamente a visão de que uma sociedade liberal é o produto de uma ordem natural espontânea.⁴¹ Pelo contrário. Sem uma ordem legal que regulamente o sistema de propriedades, arbitre os conflitos, a moeda e defina regras gerais nenhuma sociedade liberal pode perdurar. Logo, não existe liberalismo sem a intervenção do Estado na economia. A questão posta no colóquio era, precisamente, como definir a forma e os limites desta intervenção. Tratava-se, portanto, de criar um liberalismo positivo, capaz de romper com o naturalismo do liberalismo clássico e, ao mesmo tempo, combater os princípios de *planificação social* supostamente compartilhados pelo fascismo, socialismo e pelo *New Deal*.

Uma percepção comum se formou também no campo das políticas sociais. Não houve muita resistência à ideia de garantir uma renda mínima aos necessitados para evitar o radicalismo. Com a exceção de Von Mises, também havia algum acordo sobre a necessidade de tomar medidas mais assertivas – tanto pela via fiscal, quanto pela indução legal – para enfrentar situações anômalas que, contudo, deveriam ser revertidas quanto os problemas fossem sanados. Esta foi uma característica do colóquio que marcou de forma duradoura o pensamento neoliberal. Hoje, no entanto, a questão tende a ser posta de forma distinta: uma renda mínima e um conjunto setorial de políticas públicas focadas em problemas específicos protege o sistema de concorrência de seus efeitos potencialmente deletérios. Se a renda mínima e as demais políticas públicas não impactarem significativamente o sistema de preços, elas *reforçam* uma sociedade baseada na concorrência dos atores econômicos. Todos que forem expelidos do jogo econômico podem voltar a ele.

A tendência desde então foi deslocar o antigo eixo centrado na simetria da troca e da divisão social do trabalho para a centralidade da concorrência entre uma grande variedade de atores econômicos como a fonte do dinamismo da sociedade. Esta mudança de terreno sobrelevou o peso da ordem legal como a mantenedora e a principal reguladora da economia, entendida agora como uma arena baseada em uma multiplicidade de empresas em disputa por recursos e por penetração no mercado. Dada a ampla variedade dos atores-empresas, a tendência é a multiplicação de marcos regulatórios, agências de regulação (públicas e privadas) e instâncias e mecanismos jurídicos de resolução de litígios e de arbitramento da competição. A isto não corresponde o desmonte ou o enfraquecimento do Estado, mas uma transformação em sua anatomia e em suas formas de intervenção: um dispositivo rizomático, com diversas ramificações e aglomerações, com momentos descontínuos, mas que precisa se projetar tanto no interior da sociedade e *penetrar no corpo dos homens*, quanto para fora, para o sistema internacional.

(41) Esta expressão costuma causar confusão, especialmente se levarmos em conta a obra de Hayek. A sua noção de ordem espontânea (*cosmos*) não é naturalista, pelo menos não no sentido do liberalismo clássico. O que ele entender por ordem espontânea é um tipo de ordem endógena, que emerge sem que se tenha um propósito. E, no caso da sociedade, não se trata de um naturalismo, pois o princípio central se radica na noção de seleção *cultural* que, portanto, não se confunde com a noção de lei natural.